

Formação para autogestão: limites e possibilidades nas relações entre Universidade, Poder Público e Grupo

Ana P. L. Brancaleoni¹, Ana C. G. Borges²

¹ Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal – UNESP – SP – anapaula1977@hotmail.com

² Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal – UNESP – SP –
agiannini@fcav.unesp.br

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de promoção e desenvolvimento da autonomia e autogestão de um grupo para geração de trabalho e renda, através do planejamento e implementação de uma horta urbana. Pretende-se ainda, compreender o processo de empoderamento dos sujeitos e as dificuldades vivenciadas ao longo do mesmo, destacando as relações estabelecidas com a Universidade e o Poder Público Municipal. Utiliza-se a metodologia participativa como proposta de atuação e análise. Constatou-se que mesmo que tenham ocorrido avanços no que se refere ao empoderamento do grupo para a autogestão e auto-suficiência, ainda há um percurso significativo para sua efetivação, em muito dificultado pelo posicionamento do Poder Público Municipal, bem como pelas contraditórias e imbricadas relações estabelecidas entre os agentes institucionais e grupo ao longo do processo. Assim, reproduzem-se, em muitos momentos, expectativas e relações assistencialistas e clientelistas, sustentando processos de exclusão e dominação. Indica-se, portanto, a necessidade de construção de novos saberes e posturas, inclusive, por parte desses agentes, frente ao risco da reprodução de práticas autoritárias, pautadas em visões estereotipadas que não só dificultam, mas inviabilizam a promoção da autogestão por parte dos grupos.

Palavras-chave: Economia solidária; Autogestão; Trabalho com grupos; Extensão universitária.

1 Introdução

No Brasil, a implementação das políticas Neoliberais se deu especialmente a partir da década de 90, resultando em: mudanças no processo produtivo; desregulamentação do mercado; flexibilização da legislação trabalhista; precarização das relações de trabalho; perda do poder de negociação do sindicato; aumento das privatizações; redução da atuação do Estado no atendimento das demandas sociais e na regulação da relação capital-trabalho; ampliação da garantia de propriedade (ANTUNES, 2005).

Com a ampliação da concorrência, da flexibilização da produção e do trabalho e a diminuição da atuação do Estado nas questões sociais, depara-se com uma ainda maior concentração de renda e o acirramento dos processos de exclusão social (ANTUNES 1995; MONTAÑO, 2002). Neste contexto, foram atribuídas à sociedade civil responsabilidades, antes entendidas como sendo do Estado, por meio de organizações ou grupos, o que faz emergir o necessário questionamento sobre o caráter emancipatório do Terceiro Setor, na medida em que comparece muito mais enquanto paliativo frente às ausências do Poder Público (MONTAÑO, 2002).

A questão do emprego comparece, então, enquanto ponto nevrálgico, visto que as transformações na organização do trabalho implicam em uma maior extinção de postos de

trabalho, do que a criação de novos. Vale ressaltar, ainda, que os novos (mesmo que insuficientes) postos de emprego necessários a esta nova organização requerem qualificações que, nem sempre, os antigos trabalhadores possuem. Portanto, vivencia-se o aumento do desemprego estrutural (ANTUNES, 1995).

Diante disso, a economia solidária se apresenta como alternativa de geração de trabalho e renda, tendo como princípio a auto-gestão e a apropriação social dos meios de produção e seus produtos. Pensando em formação para a economia solidária, o diálogo com o trabalhador é fundamento, sendo os sentidos e anseios dos trabalhadores o conteúdo dessas práticas formativas.

A ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (2005) - delinea princípios e conceitos que fundamentam a formação em Economia Solidária e indicam estratégias e recursos metodológicos para esse processo. O primeiro princípio é de que a centralidade da organização da sociedade é o ser humano e isso deve redefinir as relações sociais, econômicas, produtivas e afetivas que se instauram. Assim:

A formação em Economia Solidária precisa dialogar com o trabalhador, trazendo para o processo formativo o sentido que é dado pelas vivências e anseios do trabalhador (ANTEAG, 2005, p. 21).

Para a efetivação dessa nova possibilidade é necessário considerar o conhecimento e conteúdos. Não se trata de “despejá-los” aos trabalhadores, visto que isto não garante o empoderamento. Ao não terem uma significação concreta inviabilizam sua transformação em ferramentas para lidar com os problemas existentes. Os sentidos só serão efetivamente construídos se os trabalhadores forem os sujeitos do processo, partindo-se de suas reais preocupações, para que sejam capazes de dialogar com questões mais universais e abstratas, possibilitando a construção e o reconhecimento do coletivo.

Portanto, é necessário superar a formação do trabalhador para a mera execução de tarefas, articulando pensamento e ação. Desta forma:

Todos os trabalhadores da empresa/empreendimento são responsáveis, é preciso que adquiram uma visão organizacional estratégica do negócio e da sua relação com o campo político. Para isso é importante adotar uma prática pedagógica que tenha como centro o trabalhador e o significado que ele dá aos seus problemas e que, partindo desse significado, permita situá-lo em um contexto mais amplo mas não desvinculando de sua prática atual (ANTEAG, 2005 p. 21).

Assim, a formação e a emancipação dos sujeitos só são viáveis pela *práxis*. Mesmo porque, como afirma Guareschi (1999), a exclusão social se articula e mantém através de processos psicossociais, sendo eles: o estímulo à competitividade entre pares, a culpabilização das vítimas e a exclusão dos saberes. Portanto, a ruptura desta condição passa pela priorização do coletivo e pelo efetivo empoderamento desses sujeitos enquanto agentes nos processos de construção do conhecimento, que inclui a possibilidade de domínio, questionamento e construção de estratégias, técnicas e ferramentas adequadas ao cotidiano e desenvolvimento do seu trabalho.

Diversos atores podem participar desse processo, entre eles a Universidade, através de trabalhos de apoio e incubação de grupos para geração de trabalho e renda, dentro dos princípios da economia solidária. O papel do Estado também é de fundamental importância no fomento a tais iniciativas, especialmente enquanto estas se encontram em fase inicial em que ainda não atingiram a sustentabilidade.

Contudo, um grande desafio se coloca, pois, para a promoção da autogestão, é necessário romper com as concepções assistencialistas que balizam tanto grande parte tanto das políticas públicas quanto das atuações da Universidade. Assim, implica em processo de construção de

novos saberes, inclusive, por parte desses atores, frente ao risco da reprodução de práticas autoritárias, pautadas em visões estereotipadas que não só dificultam, mas inviabilizam a promoção da autogestão por parte dos grupos.

Se falamos em construção de saberes é porque compreendemos que a mesma só se dá nos embates das práticas concretas cotidianas. Assim, os esforços de análise e compreensão de experiências, que apresentam esses propósitos, podem ser de grande valia para o avanço das discussões acerca da economia solidária e dos processos de incubação.

2 Objetivo

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de promoção e desenvolvimento da autonomia e autogestão do grupo, através do planejamento e implementação de uma horta urbana, para a garantia de trabalho e renda. Pretende-se ainda, compreender o processo de empoderamento dos sujeitos e as dificuldades vivenciadas ao longo do mesmo, destacando as relações estabelecidas com a Universidade e o Poder Público Municipal.

3 Trajetória metodológica

Trata-se de um trabalho ainda em processo que utiliza a metodologia participativa como proposta de atuação e análise. Concebem-se, nesta perspectiva metodológica, os sujeitos enquanto agentes e pontos centrais dos processos de intervenção. Isto porque, uma das preocupações centrais é a composição de um conjunto de conhecimentos acerca desse grupo social, em específico, bem como produzir elementos que subsidiem a avaliação das ações promovidas. Assim, visa-se ultrapassar a transmissão de conhecimentos técnicos, buscando efetivamente a constituição de espaços facilitadores da reflexão e a tomada de consciência de aspectos importantes da forma como se organizam cotidianamente. Além disso, os trabalhos realizados em grupos apresentam maiores possibilidades de êxito no que se refere à adoção de novas atitudes e práticas (SILVA, 2002). Os encontros com o grupo acontecem semanalmente, com a participação de alunos da Universidade. Estes são registrados e discutidos em supervisões com docentes da Universidade, constituindo o material que subsidiará a análise desse trabalho.

4 Resultados

Este item apresenta a análise da trajetória e desenvolvimento do grupo, buscando compreendê-lo enquanto processo, no qual vários agentes e fatores participam continuamente. Assim, ressaltam-se elementos que vão desde a forma como se deu sua origem e configuração iniciais, considerando as especificidades dos sujeitos que o compõem; as relações estabelecidas com o Poder Público Municipal; a participação da Universidade e, por fim, os impactos trazidos pela intervenção de uma Organização Não Governamental junto ao grupo. Entende-se que todos esses agentes compõem relações contraditórias e imbricadas condicionando os resultados apontados e discutidos nesse trabalho.

4.1 A origem do grupo enquanto marca: a permanência da idealização na vivência concreta cotidiana

A horta se iniciou a partir de um projeto premiado, idealizado por um médico vinculado ao sistema municipal de saúde, tendo como base os problemas vivenciados com seus pacientes do ambulatório de DST/AIDS (doenças sexualmente transmissíveis). Entre as principais

dificuldades identificadas constavam-se: a adesão ao tratamento, a vivência do preconceito e o acesso ao trabalho e a renda.

A participação, nesse momento, foi prevista de duas formas: enquanto membro efetivo, selecionado através de uma triagem sócio-econômica, sendo que aqueles que apresentassem maior dificuldade financeira receberiam um subsídio mensal (pago com recurso da premiação); enquanto voluntários que colaborassem com o projeto não receberiam o custeio, exceto para cobrir os custos. Nessa fase inicial, totalizaram-se dez participantes. O recurso do prêmio e de doações, além do vínculo com o ambulatório, mediou a constituição inicial do grupo e facilitou a obtenção da estrutura física que dispõem até o momento. Contudo, a verba recebida pela premiação foi suficiente para que o subsídio fosse recebido, pelos membros efetivos, apenas ao longo de um ano. Após esse período, qualquer renda obtida viria da comercialização dos produtos da horta. Assim, esta deveria tanto custear seus próprios gastos, como produzir sobras que possibilitassem a divisão entre o grupo, que deveria se articular a partir dos princípios da Economia Solidária.

A ANTEAG (2005) aponta, contudo, para a importância de que haja uma adesão voluntária do grupo, bem como de que o mesmo participe de todo processo de constituição, sendo sujeitos de escolhas, desde seu início. Pode-se compreender que, apenas assim, possam efetivamente apropriar-se e responsabilizar-se pelo seu processo de desenvolvimento.

A organização inicial do grupo, previamente determinada, construiu marcas profundas que o acompanham enquanto permanência, ao longo de sua trajetória. O fato de o projeto ter sido de autoria de um médico do Ambulatório DST/AIDS, vinculado à Prefeitura Municipal, colaborou para o desenvolvimento de sentimento de dependência de seus integrantes em relação a estes e outros agentes externos.

Vale lembrar, também, que são pessoas marcadas por processos de exclusão e que, muitas vezes, vivenciaram uma relação basicamente de caráter assistencialista com o poder público e outras instituições. Outro agravante é a vivência social do preconceito em relação ao fato de conviverem com o HIV. Isto porque a mesma, desde seu início foi associada a grupos sociais marginalizados (prostitutas, homossexuais e usuários de drogas), sendo os seus portadores representados como “vítimas” ou culpados pelo adoecimento (ALMEIDA; LABRONICE, 2007). A permanência do preconceito social em relação aos portadores do HIV pode ser constatada na reação dos moradores do bairro onde a horta foi construída. Os mesmos organizaram um abaixo assinado, solicitando providências da Prefeitura para que o projeto não fosse instalado no bairro, visto que era um local tranquilo e a presença de drogados e prostitutas poderia influenciar negativamente especialmente os jovens. Como não conseguiram impedir sua instalação, exigiram que o local fosse murado. Essas representações participam da constituição da auto-imagem dos sujeitos de forma estereotipada, enquanto incapazes socialmente.

Assim, qualquer proposta de promoção da autonomia, deve se atentar ao histórico dessas pessoas e almejar a ruptura com o socialmente instituído. Trata-se, portanto, de um processo que visa reconstruir imagem, relações e seus significados. Contudo, também os agentes apoiadores se constituem atravessados por estas representações socialmente constituídas, havendo, portanto, grandes chances de reproduzi-las em suas práticas.

Mas quais seriam os instrumentos para promoção de tais rupturas? Segundo Lane (1984), pode-se entender o grupo de forma dialética, em que ao mesmo tempo que reconstitui, em seu cotidiano, os processos de dominação presentes na sociedade, também se constitui enquanto espaço privilegiado para a promoção de transformações das mesmas. Isto porque ao se reproduzirem tais relações na dinâmica dos grupos, estas podem ser problematizadas e ressignificadas. Para tanto, seria relevante que os próprios apoiadores reconhecessem essa

dinâmica e pudessem funcionar enquanto favorecedores das reflexões grupais. Assim, esses agentes precisam superar a posição de “externos” para se colocarem em uma condição de aprendizagem contínua e conjunta com o grupo.

Analisando como este processo ocorre neste grupo, constatam-se dificuldades de rupturas, conforme acima preconizado, expressas pela negação, em várias situações em que há a necessidade de assumir os processos de tomada de decisões. Estas, em muitos momentos, apresentam um caráter individual, assumidas por uma pessoa do grupo, sendo a mesma significada negativamente pelos demais componentes do grupo: *"ele(a) quer mandar"*. A manutenção deste funcionamento remete à presença constante de bodes-expiatórios - integrantes do grupo que são representados pelos demais como responsáveis por problemas vivenciados pelo grupo (BOCK, 2002). Isto se dá na medida em que ainda não conseguem superar expectativas mágicas acerca de agentes únicos e/ou externos (responsáveis pelos fracassos e dificuldades do grupo). Atribui-se os papéis de liderança aos membros do programa de saúde e da prefeitura que, por sua vez, não raramente, o assumem e reforçam, resolvendo problemas e decidindo por eles. Isto dificulta o processo de aquisição de auto-suficiência e a possibilidade de se reconhecerem capazes de prover, a si e aos seus, sem a necessidade de programas assistencialistas como o próprio projeto, em alguma medida, acaba se constituindo.

Desta forma, a questão da geração de renda, assim como a sistematização da produção estão comprometidas, indicando que ainda não foram assumidos enquanto sentidos para o grupo (o que, como dito, inclui a equipe), bem como pelos agentes públicos.

A questão da comercialização dos produtos é outro entrave. Isto porque esta exige que "saiam do refúgio" (como eles mesmos referem) e se exponham a outros e a possíveis frustrações (algo que já é tão enfrentado por eles em outros espaços). Além disso, não existe um mercado consumidor consciente das especificidades dos produtos oriundos de projetos de economia solidária, o que traria um estímulo adicional à compra destes em substituição a outros. Mas, ao invés disso, identifica-se uma maior resistência à compra dos mesmos, pelo fato de serem produzidos por pessoas que são portadoras do HIV.

Assim, constatam-se permanências de questões desde a origem do grupo e que ainda não puderam ser superadas em sua dinâmica. Este fato chama-nos a atenção para a importância fundamental dos passos iniciais de constituição dos grupos de Economia Solidária, visando a ruptura com o socialmente instituído desde esse momento.

4.1.1 As relações com o poder público municipal

Como relatado, desde o início estabeleceu-se uma relação com o Poder Público Municipal, contudo, a mesma nunca foi formalizada, nem sequer houve qualquer clareza dos parâmetros que a balizariam, ou quais seriam as funções de cada parte. Em um primeiro momento, a participação da Prefeitura se deu por meio da disponibilização de dois terrenos vizinhos para a construção da sede e da horta. Posteriormente, os espaços de interlocução, entre ambos, praticamente se reduziram a tentativas de pedidos de membros do grupo, junto à prefeitura, para que a mesma atendesse a demandas emergenciais para sua manutenção (equipamentos, insumos, serviços). Por parte do Poder Público Municipal, constatavam-se promessas e respostas pontuais a poucas das solicitações.

A inconstância na relação com a Prefeitura Municipal acentuava o sentimento de insegurança junto ao grupo, sendo que as promessas acabavam por funcionar enquanto um elo de manutenção de sua dinâmica atrelada às expectativas de respostas por parte da mesma. Frequentemente discursos como: *"vamos pedir para o prefeito"* ou *"vamos pedir para a primeira dama"*, encaminhavam a ação do grupo, distanciando-os da auto-compreensão

enquanto sujeitos de direitos e reanimando, continuamente, o ideário assistencialista. Qualquer benfeitoria no projeto era apresentada como "*favor e bondade do governante municipal*" e não como direito conquistado pelos próprios sujeitos, mantendo-se a velha política de compadrio.

Desta forma, constatava-se não só a ausência de uma Política Pública destinada à geração de trabalho e renda, dentro dos princípios da Economia Solidária, mas a permanência de concepções de que os grupos não são capazes de se auto-gerirem, sendo importante uma administração externa, ou seja, a presença de alguém que pudesse coordenar e ordenar o que e como deviam fazer. Este quadro é mais preocupante, na medida em se reconhece a importância do Poder Público na viabilização dos projetos de Economia Solidária.

Outra ação da prefeitura, que merece ser destacada, foi o oferecimento de cursos de formação, alguns inclusive em parceria com o SEBRAE, que visavam fomentar o "*espírito empreendedor*", pautando-se no discurso de que o sujeito é autônomo e capaz de construir alternativas para superar sua condição financeira e social, independente dos condicionantes que vive. Assim, a transformação de sua condição de exclusão dependeria exclusivamente de sua motivação e atuação nesse sentido. Os cursos eram apostilados e organizados através de dinâmicas e palestras. Contudo, essa concepção de autonomia apresentada alia-se muito mais à desresponsabilização do Poder Público na geração de trabalho e renda, do que ao real processo de emancipação dos sujeitos. Não se observam, dessa forma, preconizados os princípios apontados pela ANTEAG (2005) para o processo de formação dos trabalhadores, na medida em que não se observa um efetivo diálogo com eles, considerando suas percepções e anseios. Vale citar, que em um dos conjuntos dos cursos promovidos, em parceria com o Governo do Estado, delimitava-se, inclusive, a "*vocação de trabalho dos sujeitos*". Ainda que uma das integrantes do grupo tenha se inscrito para o curso de informática, a mesma foi designada ao curso de formação em trabalhos domésticos, o que lhe causou grande desagrado e resultou na decisão de não realizá-lo.

Analisando a postura do Poder Público Municipal, pode-se chegar a dois apontamentos. Um primeiro se refere à compreensão de que a mesma sustenta-se pelos pressupostos psicossociais da exclusão discutidos por Guareschi (1999). Isto porque, referenciam e reforçam posturas de competitividade e subordinação dentro do grupo, culpabilizam os sujeitos por seu insucesso na medida em que estes são significados como "*não sendo empreendedores*", mas sim incapazes de se autogerirem, bem como os mantém excluídos dos saberes na medida em que se prevê que apenas executem ordem externas a eles, por administradores preparados para tal. Identifica-se, ainda, uma contradição nos discursos visto que o sujeito é entendido enquanto autônomo no que se refere à responsabilização por sua condição social, por outro lado é entendido enquanto incapaz de constituir experiências autogestionárias bem sucedidas.

Um segundo apontamento refere-se ao reforço do individualismo que, conforme aponta Matheus (2000), sustentam o ideário do homem moderno e se coloca em detrimento à vivência do coletivo que é tão cara à Economia Solidária.

Constata-se, portanto, que as ações do Poder Público Municipal dificultam os processos de ruptura e superação necessários para que o grupo alcance uma maior autonomia, para que possa se autogerir e seja auto-suficiente. A partir das considerações de Silva (2000), podemos entender que essas ações têm poucas chances de sucesso, no que diz respeito à adoção de novas práticas e atitudes por parte dos sujeitos. Isto porque os mesmos não foram considerados enquanto coletivo e nem se possibilitou processos que ultrapassassem a mera transmissão de conhecimentos técnicos, não sendo promovidos espaços que efetivamente

facilitassem a reflexão e a tomada de consciência de aspectos fundamentais da forma como se organizam cotidianamente.

4.1.2 A Universidade compondo a tríade

A aproximação da Universidade com o grupo deu-se, inicialmente, pelo contato estabelecido por um Psicólogo da Unidade Básica de Saúde com a coordenação do Projeto Suporte – Projeto de Extensão que tem por objetivo apoiar grupos organizados da sociedade civil para a geração de trabalho e renda, visando que os mesmos sejam auto-suficientes e autogestionários.

Assim, a proposta de atuação frente ao grupo pautava-se no apoio aos processos de gestão, de forma que fossem construídas coletivamente ferramentas e estratégias adequadas à sua realidade, de modo a favorecer o desenvolvimento.

Visando o desenvolvimento de conhecimentos técnicos, buscou-se a constituição gradual, ao longo das reuniões com o grupo, adaptando instrumentos de gestão a sua realidade. Desenvolveram-se planilhas de controle de produção e de fluxo de caixa para realizar um melhor controle do processo produtivo da horta e, posteriormente, a viabilização do planejamento da produção semanal e mensal, elencando as tarefas e matérias-primas necessárias, projetando custos e sobras, bem como planejando a produção e expansão de mercados consumidores, o que nem sempre representou mudanças no cotidiano do grupo.

Isto porque, o trabalho se mostrou muito mais complexo do que o vislumbrado, implicando em uma imbricada e contraditória relação dos acadêmicos com os agentes do Poder Público e com o próprio grupo.

A primeira grande dificuldade vivenciada foi a clarificação, tanto para o grupo quanto para os apoiadores, de quais seriam as funções do Projeto Suporte ao longo do processo. As demandas por ações assistencialistas compareciam constantemente e, em muitos momentos, as práticas implementadas acabavam por responder às mesmas, sem que, ao menos, se desse conta do fato. Assim, restringiam-se a um caráter emergencial e pontual sem conseguir chegar a um planejamento ou compreensão do processo.

Constatou-se a força do ideário que atribui ao acadêmico o lugar do “técnico dotado do saber” que é capaz de transmiti-lo aos “incultos”. Para além de uma simples idéia, trata-se de uma representação que condiciona as práticas, construindo falsos espaços de diálogo em que, de fato, pretende-se ouvir o grupo apenas para, posteriormente, persuadi-lo àquilo que se entende como correto. Mais do que isso, alimenta-se a ilusória compreensão de que o conhecimento possuído é capaz de implementar mudanças qualitativas e significativas, independente da atuação do grupo e que, portanto, a nossa intervenção tem uma importância fundamental e superior.

Nesse sentido, pode-se dizer que a frustração constituiu-se em um elemento de caráter formativo importante para os apoiadores, visto que o insucesso das ações e o movimento de resistência do grupo frente às mesmas, por vezes ressaltava a presença das representações acima apresentadas, possibilitando os questionamentos e as mudanças de postura.

As divergentes concepções por parte dos acadêmicos e do Poder Público se refletiam na dificuldade de consolidação do grupo, bem como dos processos de gestão, produção e comercialização, chegando a momentos de quase completo abandono do cuidado da produção por parte de seus membros.

Constata-se assim que a atuação da Universidade não se deu, em nenhum momento, fora da composição dessa tríade (Poder Público, grupo e Universidade), mas foi um componente do processo, sendo necessário, aos acadêmicos, compreenderem-se enquanto tal, buscando a

leitura dos aspectos institucionais e condições concretas em que as essas relações eram estabelecidas. Assim, uma atuação mais efetiva implica na consciência de que cada agente é apenas mais um dos envolvidos no processo e, dessa forma, também o compõe, estando imersos na dinâmica e não possuindo, *a priori*, uma consciência ou condição de compreensão diferenciada. Esta, por sua vez, só é possível quando as próprias limitações podem ser reconhecidas.

4.1.3 Quando ainda outro ator entra em cena

Outras questões ainda comparecem quando mais um ator entra em cena. No início do ano de 2010, uma nova organização não governamental (ONG) se instalou no município. A mesma, que já possuía sede em outra cidade da região, apresentava uma relação estreita e pouco clara com o Poder Público Municipal, incluindo entre os seus dirigentes, inclusive, uma pessoa que ocupou cargo de confiança na atual gestão.

O Poder Público Municipal saiu de foco atribuindo à ONG a responsabilidade de atuação junto ao Projeto, configuração esta que vai ao encontro das considerações críticas de Montañó (2002) acerca do papel desempenhado pelo Terceiro Setor frente ao afastamento do Estado do atendimento das demandas sociais.

A aproximação com o grupo se deu, especialmente, por intermédio de uma assistente social. Afirmaram apoio na resolução dos problemas vivenciados cotidianamente, como as dificuldades de aquisição de insumos e serviços necessários à manutenção da horta. Entre as promessas, acenavam a possibilidade de repasses financeiros aos integrantes, sob forma de uma bolsa. Estas medidas de caráter imediato e assistencialista foram muito bem recebidas pelo grupo, promovendo o arrefecimento das resistências iniciais frente à entrada do novo agente.

Neste contexto, questionamos a permanência do “Suporte” enquanto agente apoiador, mesmo porque, os caminhos a serem adotados para o grupo distanciavam-se das propostas e princípios norteadores da Economia Solidária que balizam as ações do projeto de extensão em questão.

Uma das primeiras ações da ONG foi a contratação de um dos membros do grupo que passou, desta forma, a ser funcionário assalariado e responsável pela organização da rotina de produção da horta. Assim, em um dia eram companheiros de grupo e no outro havia se estabelecido uma relação de subordinação. Mais uma vez, ressalta-se a reafirmação dos pressupostos psicossociais da exclusão, restabelecendo-se hierarquias e processos pautados na heteronomia (GUARESCHI, 1999). Esta nova situação acentuou os conflitos entre o grupo e culminou com o afastamento do membro que havia sido contratado.

Outra intervenção da ONG foi a designação de um técnico (vinculado à prefeitura) que seria responsável pelas decisões técnicas e produtivas da horta. Contudo, essa atuação foi apenas figurativa, na medida em que nunca compareceu à horta.

Assim, constatou-se, nesse momento, uma desarticulação do grupo e o fortalecimento de expectativas assistencialistas que os isentava de uma postura mais ativa no processo de geração de trabalho e renda. Reinstalou-se o trabalho fragmentado e a alienação dos sujeitos. Portanto, são práticas que tiveram um efeito oposto ao proposto pela ANTEAG (2005) de que todos os trabalhadores da empresa/empreendimento sejam responsáveis pelos mesmos, através da aquisição de uma visão organizacional estratégica do negócio e da sua relação com o campo político.

Contudo, após poucos meses, a frequência de membros da ONG, à horta, reduziu-se drasticamente, até sua extinção sem maiores explicações ao grupo. Este fato gerou grande

revolta. Contudo, os efeitos podem ser considerados positivos na medida em que reassumiram para si os rumos do empreendimento, reavaliando de forma crítica a atuação da organização não governamental e reafirmando a necessidade de serem autônomos.

4.1.4 Possibilidade de se pensar o grupo enquanto projeto: para além das reproduções

Ainda que se ressaltem reproduções de relações de dominação e exclusão ao longo de toda trajetória do grupo, dialeticamente espaços de ruptura também compareceram, corroborando as afirmações de Lane (1984).

Constatou-se, por exemplo, por parte dos membros, o entendimento do projeto como um espaço onde podem, ao menos momentaneamente, esquecer das dores cotidianas, da vivência do preconceito, podendo partilhar dificuldades e pensar conjuntamente acerca das mesmas, o que nos fala de um envolvimento afetivo dos mesmos.

Também afirmam o gosto pelo trabalho, ainda que nem sempre se observasse empenho na produção. Ao invés disso, em alguns momentos resistiam à lida na horta. Este posicionamento aparecia muito vinculado ao momento vivenciado na relação com os agentes do Poder Público. Todavia, insistiam na frequência e permanência no local. Esta relação com o espaço e o próprio trabalho revela a apropriação de um sentido do projeto que pode ser facilitadora do desenvolvimento de outros aspectos que se mostram relevantes para a implementação mais efetiva do mesmo, assim como para o desenvolvimento grupal. Anuncia ainda, a possibilidade de constituição do trabalho humanizado, em que os trabalhadores se projetem e se reconheçam no produto final. Desta feita, pode ser um ponto inicial, fundamental, para a superação de uma de suas maiores dificuldades: a de se constituírem, também, seus gestores, bem como para o desenvolvimento da equipe enquanto parceiros de formação e não proprietários de um conhecimento ou donos de um projeto. Portanto, quando se fala em possível empoderamento do grupo, fala-se também no desenvolvimento da equipe apoiadora para a democracia e participação coletiva. Desta maneira, torna-se clara a importância de se romper com práticas tecnicistas. Mais uma vez reafirma-se, portanto, que o trabalho com o grupo pode e deve possuir um caráter formativo para os acadêmicos e agentes do Poder Público.

Assim, analisando o processo do grupo observam-se momentos em que deixam de ser, predominantemente, um conjunto de pessoas que possuem objetivos comuns (sendo uma mera série de pessoas que estão no mesmo local) e passam, predominantemente, a possuírem objetivos em comum (efetivamente um grupo). Constata-se ainda um percurso da aceitação sem questionamento de normas e leis exteriormente impostas à busca da construção de regras próprias. Nestes momentos, são questionados, inclusive, posicionamentos da equipe apoiadora. Pondera-se, assim, a condição de resistência do próprio grupo às imposições externas, ressaltando momentos de resistência, mesmo que nem sempre de forma consciente, ao assujeitamento.

Outros elementos também podem ser apresentados como essenciais no trabalho com o grupo, dentre eles: a busca de integração de aspectos emocionais envolvidos no desenvolvimento deste projeto e a necessidade de apropriação de conhecimentos técnicos e acadêmicos (formação básica - leitura, cálculo e escrita e ferramentas de gestão). Afinal, não é possível falar em autonomia e auto-suficiência na medida em que a participação fica limitada quando existe a exigência desses saberes. É importante dizer que a maioria dos integrantes possui um grau de escolaridade baixo ou é analfabeta. Portanto, o desenvolvimento do grupo para a autogestão envolve diversos fatores, dentre outros: sociais, psicológicos e técnicos. Identificou-se, a princípio, uma resistência por parte de alguns membros do grupo quanto a participação no curso de alfabetização e de informática, tal sentimento deve-se ao histórico de

exclusão e preconceito vivido por estas pessoas, aspectos que também precisam ser considerados e enfrentados no processo de formação.

5 Considerações finais

Constata-se que, mesmo que tenham ocorrido avanços no que se refere ao empoderamento do grupo para a autogestão e auto-suficiência, ainda há um percurso significativo para sua efetivação.

No que se refere à atuação do Poder Público Municipal, identifica-se que o mesmo, além de não colaborar para o desenvolvimento do grupo, foi um elemento dificultador em muitos momentos. Ressalta-se a ausência de políticas públicas destinadas à geração de trabalho e renda, dentro dos pressupostos da Economia Solidária e a manutenção de práticas assistencialistas e clientelistas.

O posicionamento da Universidade nem sempre foi claro, por vezes reproduzindo práticas instituídas e, em outros momentos, favorecendo rupturas.

A relação entre grupo, Poder Público e Universidade manteve-se longe da linearidade, pautada por contradições, disputas e desarticulação. Assim, deparou-se mais com limites do que potencialidades, tendo em vista este caso em específico.

Contudo, a partir dessa experiência, alguns elementos podem ser elencados ambicionando o estabelecimento de uma relação mais exitosa e efetivamente compromissada com o empoderamento dos sujeitos, sendo elas:

- A necessidade de se considerar os sujeitos concretos com suas trajetórias, vivências, percepções, bem como as representações socialmente constituídas que participam da constituição de sua auto-imagem e, portanto, do posicionamento dos mesmos frente ao próprio trabalho e ao mundo;
- A busca de integração de aspectos emocionais envolvidos no desenvolvimento dos grupos, além da apropriação de conhecimentos técnicos e acadêmicos (formação básica - leitura, cálculo e escrita e ferramentas de gestão). Assim, a promoção da autogestão envolve diversos fatores, dentre outros: sociais, psicológicos e técnicos;
- A importância da participação efetiva dos sujeitos, desde as decisões iniciais para a constituição dos grupos, visto que a origem parece ser uma forte marca que o acompanha ao longo de toda sua trajetória, favorecendo ou dificultando o processo de empoderamento dos sujeitos;
- A necessidade de entendimento do grupo enquanto um espaço dialético em que serão reproduzidas relações de exclusão e dominação, mas que ao serem reconhecidas e explicitadas podem também ser transformadas;
- A importância do reconhecimento dos limites de atuação de cada agente do processo, entendendo-se a necessidade, também, de formação contínua desses ao longo do trabalho, mesmo porque nenhum deles ocupa uma condição de consciência ou conhecimento, *a priori*, que lhes ofereça uma posição privilegiada para que não reproduzam práticas excludentes e socialmente instituídas;
- A busca constante de compreensão do processo de trabalho, com o grupo, enquanto resultado do conjunto de relações estabelecidas entre os diversos agentes, implicando num necessário entendimento das relações institucionais e políticas que o atravessam;

- O aspecto fundamental da atuação do Poder Público, fomentando políticas de ruptura ao assistencialismo e clientelismo, na viabilização da Economia Solidária, enquanto proposta concreta de geração de trabalho e renda.

Se mesmo diante de tantos entraves observam-se avanços, ressalta-se o quanto podem ser efetivas relações realmente articuladas na direção das transformações sociais. Assim, os limites dessa experiência apontam para as possibilidades de êxito dos trabalhos dentro da perspectiva da Economia Solidária.

6 Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. R. C.; LABRONICI, L. M. A trajetória silenciosa de pessoas portadoras do HIV contada pela história oral. *Revista Ciência e saúde coletiva*; v. 12(1), p. 263-274, jan-mar 2007.

ANTEAG. *Autogestão e Economia Solidária: uma nova metodologia*. Vols. 2. São Paulo: ANTEAG, 2005.

ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

BOCK, A.M. *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2002.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.141-156.

LANE, S. T. M. O processo grupal In. LANE, S. T. M; CODO, W. (orgs). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MATHEUS, T.C. Individualismo e desejo contraditório na formação de grupos. In: MOTTA, M.E.F.; FREITAS, M.E. *Vida psíquica e organização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 117-129.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, R. C. *Metodologias Participativas para Trabalhos de Promoção de Saúde e Cidadania*. São Paulo: Vetor, 2002.